

6661 NOV 1999

6661 NOV 1999

O GLOBO

• ACM: teto maior só com reajuste do mínimo

Fixação de limite salarial dos servidores está ameaçada

Catia Seabra

• BRASÍLIA. Contrário ao aumento salarial para o Judiciário, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), ameaça, mais uma vez, inviabilizar a fixação do teto para o funcionalismo público da União. Antônio Carlos condicionou ontem seu apoio ao teto de R\$ 12.720 — reivindicado pelo Judiciário — a um reajuste para o 'salário-mínimo. Do contrário, defenderá a adoção do limite de R\$ 10.800 para os servidores do Legislativo, Executivo e do Judiciário. Como a fixação do teto depende, por exigência constitucional, do consenso entre os chefes dos três poderes, o acordo poderá fracassar de novo.

— É um erro fixar teto em R\$ 12.720 sem aumentar o salário-mínimo. Continuo com esse pensamento: teto maior, só modificando o mínimo. Se não houver essa solução, irei para o teto mais baixo (R\$ 10.800) — avisou Antônio Carlos, que, no fim de setembro, faltou à reunião em que seria discutido o aumento do teto, impedindo uma decisão.

• Ela não descarta a possibilidade de deixar de comparecer a uma nova reunião caso o presidente Fernando Henrique a convoque. O presidente do Senado diz que ainda não foi informado se haverá novo encontro.

5. — Ninguém me convidou. Nem me animo a ser convidado — disse ele, lembrando que, antes da viagem a Cuba, o presidente terá poucos dias de permanência em Brasília.

.. Sem a adoção do teto da União, porém, os estados e os municípios não poderão fixar seus limites mesmo depois de aprovada a emenda do subteto. Por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), os governadores e os prefeitos poderão estabelecer limites salariais próprios, desde que, antes, seja fixado o teto da União.

O presidente do Senado — que teve recentes desavenças com o presidente do STF, Carlos Velloso — alega, no entanto, que seria uma incoerência aumentar os salários dos funcionários públicos sem reajustar o mínimo.

No Congresso, há ainda outra causa de resistência à fixação do teto: a interpretação de que ajudas de custo, passagens, auxílio-residência e pagamento de conta de telefone serão consideradas parte do salário do parlamentar. Com isso, mesmo que o teto seja de R\$ 12.720, o deputado e o senador passarão a ganhar menos do que recebem hoje. E até mesmo o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), estaria sendo pressionado pelos deputados contrários à adoção do limite salarial.

Na opinião de muitos parlamentares, enquanto não houver o teto nacional, a fixação do subteto é inócua. A admissibilidade da proposta foi para Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) na semana passada. ■